

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Inexigibilidade de Licitação por Fornecedor Exclusivo

(Art. 74, I, Lei 14.133/2021).

Processo Administrativo: 725/2026 – SEFIN.

Unidade Requisitante: Gabinete do Secretário Adjunto da Receita.

Objeto: Prestação de serviços de registro, manutenção, acompanhamento, inclusão e exclusão de débitos tributários municipais no Sistema Nacional de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), com disponibilização de plataforma tecnológica, suporte operacional e monitoramento comportamental (Radar de Recuperação).

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Nome/Razão Social: Câmara de Dirigentes Lojistas de Belém – CDL Belém.

CNPJ: 04.788.378/0001-52.

Endereço: Rua 28 de Setembro, nº 16/22, Campina, Belém/PA.

Representação: Entidade integrante do Sistema CNDL, mantenedora e operadora local do SPC Brasil.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação direta fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição decorrente da exclusividade técnica e territorial da CDL Belém para a prestação dos serviços do SPC Brasil no Município de Belém.

A exclusividade está comprovada por meio de Declaração de Exclusividade emitida pelo SPC Brasil S.A., datada de 04/02/2026, que afirma: “a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELÉM detém exclusividade restrita no que tange à exploração dos serviços de inclusão e exclusão de Produtos SPC BRASIL em seu Município de atuação.”

Além disso, o SPC Brasil é um banco de dados proprietário, de natureza não replicável, operado exclusivamente pelas CDLs integrantes do Sistema CNDL, o que inviabiliza a competição por terceiros.

3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha da CDL Belém decorre dos seguintes elementos técnicos e jurídicos:

a) Exclusividade Territorial e Técnica

- A CDL Belém é a única entidade autorizada a operar o SPC Brasil no Município de Belém.
- O SPC Brasil possui base nacional própria, com mais de 200 milhões de cadastros, não acessível a entidades externas ao Sistema CNDL.

b) Atendimento Integral às Necessidades da Política Pública

Conforme o DFD e o ETP, a SEFIN necessita de solução que permita:

- registro nacional de inadimplência;
- notificação prévia multicanal (SMS, e-mail e carta);
- exclusão automática após regularização;
- plataforma tecnológica com trilhas de auditoria;
- integração com sistemas da SEFIN;
- suporte presencial em Belém;
- monitoramento comportamental (Radar de Recuperação).

A CDL Belém é a única entidade capaz de fornecer todos os requisitos simultaneamente, conforme demonstrado no Termo de Referência.

c) Precedentes Administrativos

Foram identificadas contratações similares por outros entes públicos, reforçando a consistência do enquadramento jurídico:

- Guarapuava/PR – Contrato nº 171/2025 (SPC Brasil – R\$ 5,30 por registro).
- Vila Velha/ES – Contrato nº 210/2025 (Notificação SPC – R\$ 8,10 por registro).

d) Atendimento Presencial Obrigatório

O ETP estabelece a necessidade de **suporte presencial** no Município de Belém, requisito atendido exclusivamente pela CDL Belém.

4. PESQUISA DE PREÇOS E VANTAJOSIDADE

A pesquisa de preços, conforme Mapa Comparativo, demonstrou:

- Guarapuava/PR: R\$ 5,30 por registro.
- Vila Velha/ES: R\$ 8,10 por registro.
- Proposta CDL Belém: R\$ 4,99 por registro.

Assim, o preço é compatível, vantajoso e alinhado ao mercado público, atendendo ao art. 23, §4º da Lei 14.133/2021.

5. CONCLUSÃO

Diante da exclusividade comprovada, da inviabilidade de competição, da aderência integral aos requisitos técnicos, da vantajosidade econômica e da necessidade administrativa demonstrada no DFD, ETP, Mapa de Riscos e Termo de Referência, resta plenamente justificada a escolha da CDL Belém como fornecedora para a contratação direta por inexigibilidade.

A contratação atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, segurança jurídica e interesse público, sendo medida essencial para a implementação da política municipal de cobrança administrativa prevista no art. 184-A do Código Tributário Municipal.

Belém/PA, 05 de maio de 2026

Afonso Trindade Fideralino

Matrícula nº 2006219-027

Agente de Contratação

Portaria nº 622/2025 – GABS/SEFIN